



DANÇAS FAMILIARES PRETAS: BREVES CONCEITUAÇÕES

DANCES OF BLACK FAMILIES: BRIEF CONCEPTUALIZATIONS

DANZAS FAMILIARES NEGRAS: BREVES CONCEPTUALIZACIONES

Victor Hugo Neves de Oliveira

Victor Hugo Neves de Oliveira

Artista e pesquisador das Artes da Cena. Professor do Departamento de Artes Cênicas e do Mestrado Profissional em Artes (PROF-Artes/UFPB) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Realizou estágio pós-doutoral no Programa Eixos Temáticos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: dolivevictor@gmail.com

Resumo

Este artigo busca compartilhar entendimentos sobre a noção de danças familiares pretas. Introduce uma perspectiva teórica sobre manifestações coreográficas elaboradas por pessoas de ascendência africana em contextos familiares. Para tanto, discute-se a inadequação de conceitos que têm historicamente servido para invisibilizar as poéticas pretas; apresenta-se a ideia das danças familiares pretas como epistemologias anticoloniais que se estruturam por meio da recomposição de ocorrências coreográficas e propõe-se alguns princípios constitutivos das danças familiares pretas, a saber: o ato de dançar como prática de ensino, a imersão ou a convivialidade como dimensão do processo de aprendizagem e a vinculação entre a experiência e a ancestralidade. Metodologicamente, estabelece-se uma abordagem explicativa baseada na análise bibliográfica. Por fim, depreende-se a urgência de continuidade da investigação com a finalidade não apenas de localizar conceitualmente a definição das danças familiares pretas, mas, sobretudo, de realizar estudos comparativos em diferentes comunidades.

Palavras-chave: Danças familiares pretas, Ancestralidade, Aprendizagem.

Abstract

This article seeks to share understandings about the dances of black families. It presents a theoretical perspective on choreographic manifestations created by people of African descent in family contexts. To this end, it discusses the inadequacy of concepts that have historically served to make black poetics invisible; it presents the dances of black families as anti-colonial epistemologies that are structured through the recomposition of choreographic occurrences and proposes some constitutive principles of dances of black families, namely: the act of dancing as a teaching practice, immersion or conviviality as a dimension of the learning process and the connection between experience and ancestry. Methodologically, an explanatory approach based on bibliographic analysis is established. Finally, it is clear that further research is urgently needed in order not only to conceptually locate the definition of dance of black families, but above all to carry out comparative studies in different communities.

Keywords: Dances of black families, Ancestry, Learning.

Resumen

Este artículo pretende compartir la comprensión de la noción de danzas familiares negras. Presenta una perspectiva teórica sobre las manifestaciones coreográficas creadas por afrodescendientes en contextos familiares. Para tanto, discute la inadecuación de conceptos que históricamente han servido para invisibilizar las poéticas negras; presenta la idea de las danzas familiares negras como epistemologías anticoloniales que se estructuran a través de la recomposición de las ocurrencias coreográficas y propone algunos principios constitutivos de las danzas familiares negras, a saber: el acto de bailar como práctica pedagógica, la inmersión o convivialidad como dimensión del proceso de aprendizaje y el vínculo entre experiencia y ancestralidad. Metodológicamente, se establece un enfoque explicativo basado en el análisis bibliográfico. Por último, queda claro que urge seguir investigando no sólo para localizar conceptualmente la definición de las danzas familiares negras, sino sobre todo para realizar estudios comparativos en diferentes comunidades.

Palabras-clave: Danzas familiares negras, Ancestralidade, Aprendizaje.

Introdução

Este artigo busca compartilhar entendimentos sobre a noção de danças familiares pretas. Meu interesse é apresentar uma perspectiva teórica sobre manifestações coreográficas elaboradas por pessoas de ascendência africana em contextos familiares. Além disso, pretendo introduzir noções introdutórias sobre as danças familiares pretas no campo das Artes da Cena. Para tanto, discuto a inadequação de conceitos que têm historicamente servido para invisibilizar as poéticas pretas. Apresento a ideia das danças familiares pretas como epistemologias anticoloniais, que se estruturam por meio da recomposição de ocorrências coreográficas, e proponho alguns princípios constitutivos das danças familiares pretas, a saber: o ato de dançar como prática de ensino; a imersão ou a convivialidade como dimensão do processo de aprendizagem; e a vinculação entre a experiência e a ancestralidade.

Busco organizar possibilidades de pensar as danças familiares pretas como poéticas que deflagram modos não convencionais de fixação e difusão de conhecimentos. Nesse sentido, identifico as danças familiares pretas enquanto práticas que, em certa medida, confrontam a textualidade escrita como princípio fundamental de organização e transmissão do conhecimento nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas. Compreendo que as danças familiares pretas expressam modalidades corporais de organização das sabedorias afro-ancestrais, ou seja, um conjunto de conhecimentos anticoloniais que se contrapõem à escrita como lugar de memória no Ocidente (MARTINS, 2021).

À guisa de introdução, portanto, considero relevante destacar um ponto que me parece fundante: as danças familiares pretas são formas de organizar sabedorias e, por isso, práticas de enfrentamento aos mecanismos coloniais de sistematização do conhecimento. Sabe-se que o absoluto domínio da escrita alfabética como lugar de produção de conhecimento, expressa na racionalidade moderna ocidental, colaborou com a produção da subalternização das populações africanas e afrodescendentes no Brasil. Afinal, o texto escrito consolidou-se como instrumento superior e refinado de memória, quando comparado a modos de produção e disseminação de saberes estabelecidos por meio das inscrições orais e corporais performadas no espaço social (OLIVEIRA, 2022a).

Em vista disso, conforme Martins (2021), a primazia do letramento pelos colonizadores europeus se tornou um dos principais instrumentos de apagamento dos conhecimentos considerados hereges e indesejáveis, tais quais as danças produzidas e vividas pelas comunidades pretas, conduzindo, a uma quase ruína, os outros sistemas de organização de conhecimento.

Domínio de poucos, excluía, marginalizava, tornava alheio o que era antes familiar. Desconcertava a sociedade dos colonizados, invertendo as relações de poder entre os povos subjugados. A escrita alfabética se instalava como veículo instrumental do ostracismo, segregava, estigmatizava. Não era uma adição ou um suplemento, mas, sim, uma imposição, um recurso exclusivo de difusão, assim como os valores que disseminava, fossem eles sociais, religiosos, comportamentais e de visão de mundo. A civilização da escrita, do livro, se impunha como se fosse única, verdadeira e universal em seu desejo de dominação e hegemonia, refratária a qualquer diferença. E visava ao desaparecimento simbólico e literal do outro, o seu apagamento (MARTINS, 2021, p. 34-35).

De certo modo, a conversão das formas de organização dos saberes não hegemônicos, organizados por meio do corpo, em práticas incivilizadas, anacrônicas, incompreensíveis, populares, mágicas, ritualísticas, idolátricas, demoníacas - buscando dissociá-las das ideias de ciência, de filosofia ou de arte estruturadas e reconhecidas no panorama do pensamento ocidental - provocou a subalternização das populações de ascendência africana e a alienação dos fatores constitutivos das desigualdades estruturadas em nosso país (FANON, 2008).

Nesse sentido, identifico as danças familiares pretas como práticas de confrontação aos dispositivos coloniais de desaparecimento das sabedorias africanas. Afinal, apesar de toda repressão, perseguição, proibição, coação, demonização, exclusão e indiferença, as práticas e as performances negras garantiram, por meio de diversificados processos de restauração e de resistência, a sobrevivência de um conjunto de conhecimentos que se recriaram nas Américas (MARTINS, 2021). Por outro lado, reconheço que os modos, por meio dos quais, muitas dessas formas de incorporar conhecimentos em seus processos de fixação e transmissão foram enquadrados institucional e teoricamente resultam de classificações racistas que buscam contrapor o erudito ao popular, o tradicional ao moderno, o culto ao folclórico, a coletividade à noção de autoria.

Por isso, inspirado em Oliveira (2018), observo que se faz urgente a elaboração de proposições teóricas desalienantes, que reflitam a dança como cultura, problematizando categorias historicamente determinadas por meio das desigualdades estruturadas pelo colonialismo, e que repensem os modos de tratamento e de designação desses conjuntos complexos e diversificados das poéticas culturais. Pretendo, portanto, compartilhar uma dessas proposições teóricas: o conceito de danças familiares pretas. Para tanto, estabeleço uma abordagem explicativa, baseada na análise bibliográfica, para conceituar as danças familiares pretas.

Danças Familiares Pretas: outros modos de pensar

O processo de folclorização das representações culturais pretas, fortemente influenciado pelo nacionalismo cultural, expressou uma modalidade de integração

vertical que desconsiderou as tensões e as dimensões interseccionais das experiências poéticas. No Brasil, com o propósito de legitimar a ideia de democracia racial, por meio da configuração estética do país, em meados dos anos 1930, a cultura africana passou a ser considerada como folclore, descontextualizando-se, assim, de posicionamentos e marcadores significativos de classe e raça.

De acordo com Dantas (1988), a ideia de folclore tem limitado a identidade das pessoas negras à ideia de espetáculo, ao transformar sua produção simbólica em uma mercadoria folclórica destituída de significado cultural e religioso. Por sua vez, Pereira (1983) informa que o processo de folclorizar as culturas tem resultado em um movimento de folclorização dos indivíduos e dos grupos raciais e, por isso, a folclorização passou a expressar um mecanismo histórico de produção das subjetividades pretas como pessoa-espetáculo, pessoa-exótica e pessoa-leviana, incorporada à dimensão não séria, histriônica e mágica da vida nacional.

Nesse contexto, a noção de danças folclóricas - e aqui incluo a noção de danças tradicionais e danças populares - me parece homogeneizadora por expressar conceitos que invisibilizam formas complexas e diversificadas de organização do corpo como epistemologia e lugar de feitura de saberes. Meu interesse, portanto, em desmontar conceitos coloniais já estabilizados, é estimular fraturas entre as práticas coreográficas de ascendência africana e os sentidos herdados pela modernidade ocidental sobre tradição, espontaneidade e não reflexividade (PRICE, 2000).

No campo dos Estudos em Dança, a noção de danças populares tem expressado, de modo geral, um debate sobre manifestações coreográficas produzidas em ambientes não-urbanos, de ascendência africana ou indígena. A meu ver, essa forma de entender o conjunto de danças identificadas como populares expressa uma política de dominação e representa uma perspectiva cognitiva que reproduz o eurocentrismo, o colonialismo e o racismo na área das Artes da Cena. É sabido que o conceito de danças populares manifesta dicotomias que partem das distorções coloniais sobre “natural-social”, “coletivo-individual”, “tradicional-moderno” e tem sido associado à ideia de estéticas espontâneas e homogêneas (OLIVEIRA, 2022b, p. 5-6).

É a partir desse ponto que venho produzindo um modo alternativo de perceber os contextos culturais onde as danças, que constituem meu interesse de

pesquisa, são realizadas. Por consequência, verifico algo em comum nessas danças: são manifestações familiares pretas, ou seja, danças produzidas em contextos de unidades familiares ou comunitárias, de ascendência africana, cuja aprendizagem se constrói na experiência com as pessoas mais velhas. São movimentações que resistem ao colonialismo e articulam relações entre corpo, família e ancestralidade; são poéticas e expressões culturais que remetem à luta e à vida (OLIVEIRA, 2022b).

Denomino essas manifestações coreográficas – que reorganizam sentidos acerca da família por meio da retomada e da transcrição de práticas estéticas africanas e, igualmente, por meio da organização de processos culturais e artísticos relacionados à existência das pessoas pretas – como danças familiares pretas. Parto do pressuposto de que as ideias de família, convivialidade e ancestralidade fundamentam os processos de transcrições dessas danças, reelaborando, nas relações estabelecidas entre convenção e invenção, as dinâmicas históricas da vida.

As danças familiares pretas são epistemologias anticoloniais que se estruturam por meio da recomposição de ocorrências coreográficas. São transcrições que organizam convenções e invenções através da produção de conhecimentos em contextos familiares específicos. Esses contextos podem derivar tanto dos vínculos e experiências da consanguinidade, quanto da constituição de redes afetivas imaginárias, simbólicas ou conviviais. Por isso, costumo dizer que as danças familiares pretas expressam um conjunto de estéticas, éticas e conhecimentos culturais compartilhados pelas pessoas de uma mesma família ou comunidade familiar através do corpo.

Vale ressaltar, porém, que a definição proposta sobre o que são danças familiares pretas não parte de um eixo categórico, mas de uma constatação contextual. Meu interesse não é conceber uma forma de nomeação exógena, mas sim vinculada ao contexto das práticas. Por isso, para verificar se uma manifestação coreográfica pode ser associada à ideia de dança familiar preta, é fundamental observar se as pessoas integrantes de uma determinada comunidade declaram que se consideram de uma mesma família, que aquilo que produzem é dança e identificar se essas pessoas possuem vínculos ancestrais africanos.

Conforme Oliveira (2022b), as danças familiares pretas são dinâmicas, passam por processos de interrupções, abandonos, transferências, desterritorializações e se praticam enquanto produzidas por pessoas de uma ou algumas famílias. As danças familiares pretas operam com o sentido de família expandida por meio da noção de convivialidade e ancestralidade dispersa, ou seja, por meio de uma unidade transfamiliar (MARTINS, 2021). Parto do pressuposto da noção de família expandida como um movimento de reterritorialização afetiva, em que se verifica a expansão dos vínculos de parentesco para além da consanguinidade.

A expansão consequente do conceito de família e dos vínculos de parentesco e de pertencimento nas Américas, no âmbito da coletividade afro, quer no passado, quer no presente, como uma forma de restituição e de reconfiguração do princípio da ancestralidade, agora apreendido e vivido, durante e após a escravidão, pelo engendramento de novos vínculos, dos quais deriva a constituição de uma linhagem familiar mais ampla, afetiva e simbolicamente, que passa a congregar o africano e seus descendentes em comunidades de pertencimento e de ajuda mútua, performada no âmbito das Casas, dos terreiros de Candomblé e nos festejos dos Reinados, por exemplo, e nos inúmeros outros modos de recomposição da herança e da memória africanas transcriadas nos territórios americanos (MARTINS, 2021, p. 59-60).

Observo que as danças familiares pretas representam uma temporalidade que se organiza em torno das repetições e atualizações das produções coreográficas de ascendência africana e são procedimentos restauradores de determinados princípios filosóficos africanos que se inscrevem nas expressões etnoculturais afrodiaspóricas e, por conseguinte, no corpo das pessoas pretas. São práticas onde: i) o ato de dançar é ensinar; ii) o processo de aprendizagem é criativo e caracterizado pela imersão ou convivialidade; iii) a experiência de cada pessoa se encontra associada à dimensão da ancestralidade (movimento estruturado e movimento vivido).

Princípios das Danças Familiares Pretas

A reflexão sobre o ato de dançar como ensinamento é um processo que fundamenta a desmontagem de dicotomias historicamente estabelecidas

sobre corpo-mente ou movimento-pensamento; afinal, a posição do corpo passa a circunscrever mais do que uma postura, mas uma atitude ou tomada de decisão no contexto de elaboração das danças familiares pretas. Conforme Oliveira e Cunha (2022), a ideia de atitude refere-se à orientação do sujeito em relação a dimensões do saber, do poder e do ser. Portanto, uma mudança de atitude é crucial como processo crítico às heranças da modernidade estabelecida na produção do conhecimento em Dança.

Certamente, essa maneira de produzir e compartilhar conhecimentos, por meio do corpo, fratura a lógica do textocentrismo como fenômeno preponderante do próprio conhecimento legitimado em nossa sociedade, levando-nos a romper com os sentidos civilizatórios modernos e com a ideia mecânica que opera as bases das epistemologias ocidentais. Nesse sentido, a experiência com o conhecimento corporificado passa a se relacionar com a ideia de criação, onde o pensamento é movimento do corpo e uma forma de organizar as experiências com sabedorias e tecnologias ancestrais.

[...] podemos pensar nas tecnologias ancestrais como aquelas tecnologias simbólicas que foram pensadas por antepassados e antepassadas com o objetivo de enfrentar de forma estratégica questões próprias do seu tempo; que foram transmitidas de geração para geração através dos séculos; e que continuam sendo aplicadas e readequadas às demandas da atualidade (SOUTO, 2021, p. 154).

Nas danças familiares pretas, o ato de dançar como processo de aprendizagem é um ponto comum na transmissão dos conhecimentos. De acordo com Sodré (1988), a dança é um fundamento para os processos de ensino-aprendizagem nas comunidades pretas e, portanto, é manifestadamente pedagógica e filosófica. Assim como o ato de contar histórias, a prática da dança compõe um jeito de educar que evidencia valores de convivência e solidariedade, considerando, muitas das vezes, aspectos como:

[...] saber sobre si mesmo (autoconhecimento); reconhecimento e manutenção de valores de convivência comunitária; reverências aos ancestrais e aos espíritos dos familiares; apreço a figura da mãe, venerado quase como uma entidade; reverência aos mais velhos e velhas, como portadores de conhecimentos; preservação dos fazeres e saberes, costumes e histórias das comunidades; atenção para a educação de crianças e

jovens, com os princípios e valores da comunidade; manutenção da família, enquanto instituição básica da sociedade (MACHADO, 2006, p. 4).

Por isso, o processo de aprendizagem caracteriza-se pela imersão ou convivialidade e se estabelece de modo contínuo e inventivo. O ensino das danças familiares pretas não é um processo imediato porque não se encontra circunscrito à aprendizagem do movimento por si, mas a uma pedagogia das éticas e das estéticas pretas organizadas por artistas, educadores e pensadores orgânicos com estreita vinculação ao território.

Como sugere Joel Rufino dos Santos (2004), uma das características da fonte afro-brasileira é a presença de seus pensadores na vivência diária de suas comunidades, em relação direta e orgânica com suas questões prementes e não alheias a elas. Tal ligação existe no contato corporal, presencial, no partilhar dos mesmos desafios, no dividir do mesmo espaço natural e lugar político, dos mesmos cantos, rodas e colheitas, sem que se diminua a capacidade de abstração e de autonomia dos intelectuais. E aí o corpo, a voz melodiosa, a artesanaria, o faro, a aspereza e a maciez sentidas, a coluna e as solas com seus pedaços de caminhos e posturas, o texto e suas vibrações, tudo que acompanha a mentalização surge como fator integrante na formulação de conhecimento e de reflexão, com seus desafios e práticas (ROSA, 2019, p. 46-47).

A experiência diária ou uma rotina de convívios, expressa muitas vezes nas experiências urbanas em formatos de aulas, encontros ou ensaios, caracteriza o que venho indicando como a ideia de imersão inerente às danças familiares pretas. A convivialidade ou imersão é expressão de afeto e aquilombamento em um cenário onde pessoas de ascendência africana encontram barreiras históricas de circulação.

Nesse sentido, o aquilombamento se apresenta como uma tecnologia simbólica e ancestral, própria da organização das comunidades negras, pensada no contexto da subjugação social justificada pela diferença e separabilidade aplicadas a partir da raça, com o objetivo de criar possibilidades de existência alternativa às condições de opressão impostas no momento histórico e que compreende a fuga, a organização interna e o enfrentamento por meio da luta como mecanismos de resistência e sobrevivência (SOUTO, 2021, p. 155).

A ideia de imersão ou convivialidade revela, portanto, um conjunto de estratégias combativas àquilo que Veiga (2019) intitula como “efeito diáspora”, ou seja, a sensação de não ser integrado aos modos de produção de conhecimento, de não se perceber pertencente ao ambiente em que se vive e de não ser incluído nas dinâmicas sociais numa posição equânime com os demais membros da sociedade.

Por sua vez, adoto o conceito de ancestralidade como uma cosmopercepção da vivência do tempo e da vida, ou seja, um fundamento que relaciona a existência de todas as coisas e transmite a energia que garante a existência ao mesmo tempo comum e diferenciada de todos os seres. De acordo com Martins (2021), a ancestralidade expressa uma percepção do mundo que representa a herança dos povos da diáspora africana.

A ancestralidade tanto pode ser concebida como um princípio filosófico do pensamento civilizador africano quanto pode ser vislumbrada como um canal, um meio pelo qual se esparge, por todo o cosmos, a força vital, dínamo e repositório da energia movente, a cinesia originária sagrada, constantemente em processo de expansão e catalisação (MARTINS, 2021, p. 60).

A noção de ancestralidade organiza uma relação das pessoas como extensões das temporalidades curvilíneas, ou seja, estabelece uma experiência de vida que se reinventa por meio de um tempo criativo, não linear ou progressivo; em suma, um tempo espiralar que integra passado, presente e futuro. Na produção das danças familiares pretas, essa temporalidade espiralar desenha reelaborações criativas dos movimentos estruturados e vividos por meio das dinâmicas da convenção acionada inventivamente e da invenção historicamente convencional. Nesse sentido, compreendemos que o corpo é mais que uma memória:

Ele é uma trajetória. Uma anterioridade. Uma ancestralidade. Por isso é preciso fazer o movimento da volta, mas volta não é retrocesso. É movimento descontínuo e polidirecional. Como a teia de aranha. Trata-se de inventar enquanto se resgata; trata-se de re-criar enquanto se recupera. Assim é o movimento do corpo e da cultura. A cultura do corpo não nos interessa. Trata-se, isto sim, de pensar a cultura desde o corpo, trata-se de filosofar desde o corpo, não sobre ou contra ele (OLIVEIRA, 2007, p. 131).

Assim depreendemos que é através da tríade estabelecida entre o ato de dançar como prática de ensino, o processo de aprendizagem baseado em imersão ou convivialidade e a vinculação com a ancestralidade, que as danças familiares pretas se organizam em um panorama de experiências e saberes corporais convencionalmente estruturados e recriados através das habilidades inventivas, criativas e vividas de cada pessoa.

Considerações Finais

Este texto buscou compartilhar, por meio de uma abordagem explicativa baseada na análise bibliográfica, entendimentos sobre o conceito de danças familiares pretas. Ao longo do texto, propôs-se a compreensão das danças familiares pretas como um conjunto de epistemologias anticoloniais. Refletiu-se sobre a ideia das danças familiares pretas não apenas como práticas de conhecimento alternativas à hegemonia textual imposta pela tradição ocidental, mas também como uma tecnologia combativa à subalternização e à marginalização das sabedorias de ascendência africana.

Destacou-se o interesse na desmontagem de conceitos cujo arcabouço remontam a explorações coloniais, como os processos de folclorização das representações culturais pretas, e enfatizou-se a convivialidade, a imersão e a vinculação com a ancestralidade como princípios constitutivos das danças familiares pretas. Observou-se que a transmissão das danças familiares pretas não apenas desafia as dicotomias eurocêtricas estabelecidas sobre corpo e mente, mas também reinscreve nas experiências das pessoas afrodescendentes determinados princípios filosóficos africanos, construindo uma temporalidade espiralar, por meio do corpo como conhecimento, que integra passado, presente e futuro.

Compreendeu-se as danças familiares pretas não apenas como expressões artísticas, mas como modos de resistência, de transcrição de saberes e de reorganização identitária, familiar e comunitária. Além disso, identificou-se na exploração da ideia de danças familiares pretas a possibilidade de contribuição significativa na construção de um entendimento mais refinado, complexo e menos generalista das expressões poéticas de ascendência africana. Por fim, depreendeu-se a urgência de continuidade da investigação

com a finalidade não apenas de localizar conceitualmente a definição das danças familiares pretas, mas, sobretudo, de realizar estudos comparativos em diferentes comunidades, por meio de pesquisa de campo e entrevistas sobre os processos de aprendizagem dessas danças.

Referências

- DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó nagô e papai branco**: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- MACHADO, Vanda. **Mitos afro-brasileiros e vivências educacionais**. In: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. (Org.). Pasta de Textos da Professora e do Professor. Salvador: SMEC, 2006, v. 01, p. 01-12. Disponível em: <http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/mitos.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- OLIVEIRA, Eduardo David. **Filosofia da ancestralidade**: corpo de mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.
- OLIVEIRA, Victor Hugo Neves de. **Por uma dança que não seja “popular”**: algumas pistas sobre a questão das hierarquias na dança. PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, [S. l.], p. 167–183, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15610>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- OLIVEIRA, Victor Hugo Neves de. **Políticas culturais antirracistas e crise pandêmica**: estratégias de fortalecimento das capacidades criativas de artistas pretos. In.: Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas, 17(2): 112-123, Julio-Diciembre 2022a.
- OLIVEIRA, Victor Hugo Neves de. **Danças familiares pretas**: Notas sobre a aprendizagem da Dança de São Gonçalo de Amarante. Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 2, n. 44, 2022b. DOI: 10.5965/1414573102442022e0102. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/21539>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- OLIVEIRA, Victor Hugo Neves. de; CUNHA, Liana da Silva. **Ecodanças**: reflexões sobre práticas artísticas afro-indígenas como pesquisa. ARJ – Art Research Journal: Revista de Pesquisa em Artes, [S. l.], v. 9, n. 2, 2022. DOI: 10.36025/arj.v9i2.28917. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/artresearchjournal/article/view/28917>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- PEREIRA, João Batista Borges. **Negro e cultura negra no Brasil atual**. Revista de Antropologia, [S. l.], v. 26, p. 93-105, 1983. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.1983.111044.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111044>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PRICE, Sally. **Arte Primitiva em Centros Civilizados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

ROSA, Allan da. **Pedagogia, autonomia e mocambagem**. São Paulo: Pólen, 2019.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**. A forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes. 1988.

SOUTO, Stéfane. É Tempo de Aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. Políticas Culturais em Revista. Salvador, v. 14, n. 2, p. 142-159, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/44151/25350>. Acesso em: 12 dez. 2023.

VEIGA, Lucas Motta. **Descolonizando a psicologia**: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia, v. 31, n. esp., p. 244-248, dez. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000. Acesso em: 12 dez. 2023.